JFL 8.7.8.4.11

LEMOS, Paulo. Instituto Histórico e Geográfico. Diário do Povo, Campinas, 20 nov. 1973.

Biblioteca Centro de Memória - UNICAMP
CMUHE029507

Instituto Histórico e Geográfico

O Dr. Ruyrillo de Magalhães, brilhante advogado especialista em direito administrativo e emérito Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Campinas, vem através de excelente trabalho, persuadindo os seus pares no importante sodalício campineiro, a terçarem armas no bom combate que iniciou pela criação em nosso município, de um Centro Cívico, nos moldes e condições já tão bem definido em seus magníficos trabalhos na imprensa local. Nós, que ao seu lado e ao lado de tão ilustres confrades do Instituto Histórico e Geográfico, temos apreciado o valor do seu trabalho, da sua obstinação em ajudar a sua terra natal a se desvincular de práticas erradas, a maioria das quais, em franco desenvolvimento na cidade, através de improvisações de atos políticos que nada ajudam e nada resolvem, só lamentamos, não termos governo municipal, quer executivo ou legislativo, sintonizado aos eflúvios dessa força propulsora do bem, em favor dos inalienáveis interesses de Campinas. É lamentável a omissão desse apoio oficial a um trabalho dessa dimensão e envergadura, pois, no campo da realidade, da objetividade racional, econômica e prática, nada há que se lhe possa antepor ofuscando a luz poderosa de sua penetração em todos os quadrantes da vida intensiva de Campinas. É estudo de mestre, de cidadão intelectualmente preocupado com os interesses da cidade, a qual tem servido à semelhança de seu inesquecível progenitor Pedro de Magalhães Júnior que, em vida, como é do conhecimento de toda Campinas, foi homem público atuante na defesa intransigente dos interesses comunitários. Estes elogios, sem "CONFETI", como bem a propósito disse o professor Mário Pires ao se dirigir a Ruyrillo de Magalhães por ocasião da última sessão do Instituto Histórico e Geográfico de Campinas, são realmente dispensáveis, dado a sua autenticidade como criatura humana de valor excepcional. Assim, portanto, ao lado de companheiros eméritos, haveremos de chegar ao ponto determinado pelos estudos de Ruyrillo de Magalhães, como meta de trabalho em favor de Campinas, que se agiganta e se metropoliza a olhos vistos, apenas, infelizmente, numa corrida desmedida e alucinante, por caminhos errados de asfixiação e de congestionamento sem necessidade, absolutamente, alguma. Com a criação do Centro Cívico de Campinas, desafogaremos a área central da cidade, sem expropriações imobiliárias e outras despesas inúteis, além de preservarmos intactos tudo que temos como tradição histórica de Campinas província, de Campinas cidade e de Campinas capital.

Sobre o assunto, prezado leitor, muito, ainda, poderíamos dizer, mas, nada melhor, nada mais oportuno que aqui sintetizarmos o assunto com a transcrição da última nota da imprensa local no que diz respeito a criação alvitrada pelo gênio concepcional de Ruyrillo de Magalhães. Apreciemo-la, prezado leitor: — **"No futuro Centro Cívico de Campinas, que será o núcleo central de toda a vida cívica, cultural, política e administrativa deste Município e de toda a nossa região geo-econômica, serão construidas, paulatinamente, as sedes definitivas das repartições públicas, autarquias e sociedades de economia mista e empresas públicas subordinadas ou vinculadas, conforme suas respectivas estruturas legais à União, ao Estado e aos Municípios"**. Desaparecerá assim, o aspecto aterrorizador das expropriações prediais e, consequente, desacomodação de famílias e famílias, como ocorre, agora, com as desapropriações para a construção da Via Expressa São Paulo. Desaparecerá, outrossim, a necessidade de se prejudicar e destruir uma das poucas praças centrais da cidade, com a edificação da nova sede para a Câmara Municipal, cuja construção, por ser onerosa e extemporânea, mereceu imediata e enérgica repulsa do senhor Prefeito Municipal. É sempre bom, prezado leitor, lembrar esse episódio triste, para julgamento presente e futuro da história de Campinas. Nada mais interessante do que testar assim, a situação incômoda e desconcertante dentro da qual Campinas passou a viver, em relação à não prevalência da palavra do seu executivo municipal. É sempre bom ter presente, em letras garrafais e sempre à vista, o que disse sua exa. Suas palavras são incisivas e merece reflexão. Apreciemo-las, portanto, mais uma vez: — **"Senhor Redator. Está sendo publicado que eu sou favorável ao novo edifício para o legislativo. O assunto não me pertence, felizmente. Mal tenho recurso para terminar o Paço. A matéria é do Legislativo e independe, como é, que seja — como está sendo — resolvido por lá. Só me pergunto o seguinte: onde vai a Câmara buscar recursos para tal obra? Da Fazenda Pública, afirmo, que não sairá um centavo. Afirmo, também, que ninguém vai me envolver nessa decisão dos legisladores campineiros. Encerro, no que tange ao Executivo, o assunto"**. NOTA: INFELIZMENTE, PARA O INFORTÚNIO DOS MORADORES DA AQUIDABAN, O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS, NÃO RESIDE NESSA RUA. SE RESIDISSE, O PREFEITO TERIA QUE RECONSIDERAR A SUA DECISÃO EM CONSTRUIR A VIA EXPRESSA SÃO PAULO, A EXEMPLO DO QUE FEZ COM O PRÉDIO DA CÂMARA, AO SOLENIZAR ELE PRÓPRIO, DEPOIS DO SEU ENÉRGICO PRONUNCIAMENTO, A ENTREGA DOS PRÊMIOS AOS VENCEDORES DO CONCURSO PARA A EDIFICAÇÃO DESSA OBRA, SEM DÚVIDA ALGUMA, DESNECESSÁRIA.